ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 33ª LEGISLATURA, 2013/2016, REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ, EDIFÍCIO MANUEL CORRÊA DO PRADO, SITUADA NA PRAÇA CORONEL PACHECO DE MEDEIROS, S/Nº, CENTRO, MURIAÉ – MG. Aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis, às dezenove horas, sob a Presidência da Vereadora Helena Francisca de Oliveira Carvalho, reuniram-se os Excelentíssimos Senhores Vereadores componentes do Poder Legislativo Municipal, para a realização da reunião ordinária semanal, discussão e votação das matérias constantes do Expediente da Ordem do Dia. O 1º Secretário, Vereador David Pinheiro de Lacerda, procedeu a chamada nominal para verificação de quórum. Havendo número legal e regimental, estando todos presentes, a Senhora Presidente declarou abertos os trabalhos e concedeu a palavra ao Vereador Manoel Carvalho que, ocupando a tribuna, procedeu a leitura de um trecho da Bíblia, refletindo sobre o tema. Por ordem da Presidência o Procurador Jurídico, Dr. Francisco, procedeu à leitura da Ata da Reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade. Do Expediente da Ordem do Dia constaram: as proposições apresentadas pelos Vereadores, bem como os Projetos de Lei de Protocolo nº 610/16, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei orçamentária de 2017"; Protocolo nº 618/16, de autoria do Poder Executivo, que "Altera dispositivos da Lei nº 5.100/15" e Protocolo nº 638/16, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetivar abertura de Crédito Adicional Especial na LOA". Dando início aos trabalhos, a Presidente procedeu à leitura das proposições, das correspondências recebidas, dos Projetos de Leis que deram entrada nesta Casa, da convocação do Secretario de Fazenda para prestar esclarecimentos e o ofício da Faminas solicitando visita dos acadêmicos do 5º período de Direito na próxima reunião, dia 10 de maio de 2016. Em seguida a Presidente fez uma Indicação verbal á Secretaria do Meio Ambiente para verificar se existe algum problema com a árvore situada na Rua Clóvis de Aquino, haja vista que vários galhos já caíram. Com a palavra o Vereador Manoel fez uma Moção de Pesar verbal aos familiares de Telma Cristina Souza Batalha. Após a Presidente concedeu a palavra aos representantes do Grêmio Estudantil Igor e Gustavo que protestaram contra o reajuste de R$ 0,25 (vinte e cinco centavos) aplicado no transporte urbano, sem aprovação do Poder Legislativo; reclamaram da qualidade do serviço prestado pela empresa, solicitando á esta Casa que seja realizada uma audiência pública para discutir com a Secretaria Municipal de

Trânsito e Transportes sobre Mobilidade Urbana, o reajuste efetivado nos ônibus Urbanos no mês de abril e a qualidade do serviço. Com a palavra a Presidente Helena disse que entrará em contato com o Poder Executivo, o Ministério Público, para agendar data para audiência, com o fim de procurar soluções para a melhoria do transporte urbano municipal. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. Joel Sanches Abreu, representante das Pastorais Sociais e Sindicais, que cobrou resposta ao abaixo assinado apresentado nesta Casa, solicitando a redução em 50% nos subsídios dos vereadores, secretários municipais, prefeito e vice-prefeito, bem como a extinção da verba de gabinete e falou da situação precária da saúde municipal. Com a palavra a Presidente explicou que formou uma Comissão Especial composta pelos vereadores Ademar, Devail e José Harold, que consultaram o Cartório Eleitoral para checagem dos números dos títulos de eleitores conforme prevê na legislação para aceitabilidade de propostas populares, finalizando disse que, assim que a comissão encerrar os trabalhos, os vereadores se reuniram para elaboração do projeto, que deverá ser votado no 1º semestre; com relação à precariedade nos Postos de Saúde disse que, este fato não pode ser repassado á esta Casa Legislativa, pois já foi votado desde fevereiro até a presente data, em torno de 3 milhões de reais de remanejamento de verbas para saúde; disse que esteve na inauguração de uma creche em Macuco, que estava sendo refeita e inaugurada e que fica pensando que se esta obra tivesse sido bem feita, o dinheiro que agora estava sendo usado para reforma, poderia ser usado para fazer outras obras necessárias e imprescindíveis para o distrito. Em seguida foi concedida a palavra á professora Rosane Mairink que pediu aos vereadores empenho na cobrança para instalação de redutor de velocidade na avenida Monteiro de Castro com rua Belisário no bairro da Barra, próximo à Praça do Prefeito Paulo Carvalho, pois segundo ela, os veículos, inclusive os ônibus urbanos trafegam em alta velocidade e ocorreram diversos atropelamentos com óbito no local. Com a palavra a Presidente informou que já fez tal reivindicação. Com a palavra o Vereador Reinaldo Dornelas disse que também apresentou reivindicação ao Poder Público Municipal neste sentido, comentou que esteve no local e teve inclusive seus óculos quebrados por um motorista do Transporte Coletivo que quase o atropela. Após foi dada a palavra ao Wagner, conhecido como Palhaço Picuinha, que falou sobre a precariedade do transporte público em nossa cidade e sobre a falta de acessibilidade nos ônibus. Em aparte autorizado foi concedida a palavra ao Caíque, falou sobre a questão do aumento da tarifa de ônibus, solicitando a designação de uma audiência pública sobre o

tema. Com a palavra a Presidente disse que devido a uma ADIN, não existe mais a obrigatoriedade de aprovação da proposta de reajuste da tarifa de ônibus pelo Poder Legislativo; disse que fez um Requerimento para que eles enviem informações sobre o resultado judicial e a planilha utilizada para o reajuste. Iniciando os pronunciamentos do Pequeno Expediente foi dada a palavra ao Vereador Jair Abreu que falou sobre os assuntos explanados na tribuna livre, especialmente sobre a mobilidade urbana, solicitando que a Presidente defina, o mais rápido possível, dia e hora para a Audiência Pública. Com a palavra a Presidente disse que definira, o mais rápido possível, com as pessoas interessadas o dia e hora para realização da audiência pública. Voltando a falar o Vereador Jair disse que o aumento da tarifa de ônibus foi dado através de Decreto pelo Prefeito, pois a alteração feita na Lei Orgânica, prevendo a obrigatoriedade de aprovação desta Casa, foi derrubada Dada a palavra ao vereador David ele disse que as assinaturas do abaixo-assinado estão sendo conferida, tendo sido verificado 13% das assinaturas sem consistência. Dada a palavra ao vereador Manoel ele falou sobre os três projetos de sua autoria, ligados á mobilidade e trânsito. Iniciando o Grande Expediente, a Sra. Presidente iniciou ás discussões e votações da pauta com as proposições apresentadas pelos Srs. Vereadores. Em votação as proposições em bloco: aprovadas por unanimidade. Em votação a convocação do Secretário de Fazenda, Exmo Sr. Francisco de Assis Souza Junior, para comparecimento á esta Casa no dia 24/05/16 ás 18:30 hs: aprovada por unanimidade. Em discussão o Projeto de Lei de Protocolo nº 430/2016, de autoria do Vereador Manoel Carvalho, que "Dispõe sobre a realização de palestras sobre uso sustentável e racional da agua para os alunos da rede municipal de ensino fundamental". Com a palavra o Procurador Jurídico procedeu à leitura e explicação do Parecer das Comissões. Em votação o Parecer das Comissões pela constitucionalidade e legalidade da matéria: aprovado por unanimidade. Em votação o Projeto: aprovado por unanimidade em primeira, segunda e terceira votação, dispensados os intervalos regimentais por unanimidade. Em discussão o Projeto de Lei de Protocolo nº 453/2016, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetivar abertura de Crédito Adicional Suplementar na LOA". Com a palavra o Procurador Jurídico procedeu à leitura e explicação do Parecer das Comissões. Em votação o Parecer das Comissões pela constitucionalidade e legalidade da matéria: aprovado por unanimidade. Em votação o Projeto: aprovado por unanimidade em primeira, segunda e terceira votação, dispensados os intervalos regimentais por unanimidade. Em discussão o

Projeto de Lei de Protocolo nº 458/2016, de autoria da Presidente Helena, que "Autoriza o Município a alterar a Tabela VIII da Lei Municipal nº 3.195/05". Com a palavra o Procurador Jurídico procedeu à leitura e explicação do Parecer das Comissões. Em votação o Parecer das Comissões pela constitucionalidade e legalidade da matéria: aprovado por unanimidade. Em votação o Projeto: aprovado por unanimidade em primeira, segunda e terceira votação, dispensados os intervalos regimentais por unanimidade. Em discussão o Projeto de Lei de Protocolo nº 462/2016, de autoria do Vereador Ademar Camerino, que "Autoriza o Poder Executivo a instituir horário especial para os servidores públicos que tenham filho c/ deficiência, necessidades especiais ou transtorno global do desenvolvimento". Com a palavra o Procurador Jurídico procedeu à leitura e explicação do Parecer das Comissões. Em votação o Parecer das Comissões pela constitucionalidade e legalidade da matéria c/ emenda: aprovado por unanimidade. Em votação o Projeto c/ emenda: aprovado por unanimidade em primeira, segunda e terceira votação, dispensados os intervalos regimentais por unanimidade. Em discussão o Projeto de Lei de Protocolo nº 469/2016, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetivar abertura de crédito adicional suplementar na LOA". Com a palavra o Procurador Jurídico procedeu à leitura e explicação do Parecer da Comissão. Em votação o Parecer das Comissões pela apresentação de planilha detalhada. Em votação o parecer: aprovado por unanimidade. Em discussão o Projeto de Lei de Protocolo nº 499/2016, de autoria do Vereador Joel, que "Altera a Lei Municipal nº 1.231/87". Com a palavra o Procurador Jurídico procedeu à leitura e explicação do Parecer das Comissões. Em votação o Parecer das Comissões pela constitucionalidade e legalidade da matéria: aprovado por unanimidade. Em votação o Projeto: aprovado por unanimidade em primeira, segunda e terceira votação, dispensados os intervalos regimentais por unanimidade. Em discussão o Projeto de Lei de Protocolo nº 515/2016, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetivar abertura de Crédito Adicional Suplementar na LOA". Com a palavra o Procurador Jurídico procedeu à leitura e explicação do Parecer das Comissões. Em votação o Parecer das Comissões pela constitucionalidade e legalidade da matéria: aprovado por unanimidade. Em votação o Projeto: aprovado por unanimidade em primeira, segunda e terceira votação, dispensados os intervalos regimentais por unanimidade. Em discussão o Projeto de Lei de Protocolo nº 583/2016, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetivar abertura de

Crédito Adicional Suplementar na LOA". Com a palavra o Procurador Jurídico procedeu à leitura e explicação do Parecer das Comissões. Em votação o Parecer das Comissões pela constitucionalidade e legalidade da matéria: aprovado por unanimidade. Em votação o Projeto: aprovado por unanimidade em primeira, segunda e terceira votação, dispensados os intervalos regimentais por unanimidade. Em discussão o Projeto de Lei de Protocolo nº 584/2016, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetivar abertura de Crédito Adicional Suplementar na LOA". Com a palavra o Procurador Jurídico procedeu à leitura e explicação do Parecer das Comissões. Em votação o Parecer das Comissões pela constitucionalidade e legalidade da matéria: aprovado por unanimidade. Em votação o Projeto: aprovado por unanimidade em primeira, segunda e terceira votação, dispensados os intervalos regimentais por unanimidade. Em discussão o Projeto de Lei de Protocolo nº 585/2016, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetivar abertura de crédito adicional suplementar na LOA". Com a palavra o Procurador Jurídico procedeu à leitura e explicação do Parecer da Comissão. Em votação o Parecer das Comissões pela apresentação de planilha detalhada. Em votação o parecer: aprovado por unanimidade. Em discussão o Projeto de Lei de Protocolo nº 586/2016, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetivar abertura de crédito adicional suplementar na LOA". Com a palavra o Procurador Jurídico procedeu à leitura e explicação do Parecer da Comissão. Em votação o Parecer das Comissões pela apresentação de planilha detalhada. Em votação o parecer: aprovado por unanimidade. Em discussão o Projeto de Lei de Protocolo nº 588/2016, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetivar abertura de Crédito Adicional Suplementar na LOA". Com a palavra o Procurador Jurídico procedeu à leitura e explicação do Parecer das Comissões. Em votação o Parecer das Comissões pela constitucionalidade e legalidade da matéria: aprovado por unanimidade. Em votação o Projeto: aprovado por unanimidade em primeira, segunda e terceira votação, dispensados os intervalos regimentais por unanimidade. Em discussão o Projeto de Lei de Protocolo nº 597/2016, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Município de Muriaé a anuir com a alteração de convenção de condomínio realizada por Armando José Ponce de Leão Policarpo e outros". Com a palavra o Procurador Jurídico procedeu à leitura e explicação do Parecer das Comissões. Em votação o Parecer das Comissões pela constitucionalidade e legalidade da matéria: aprovado por

unanimidade. Em votação o Projeto: aprovado por 08 (oito) votos a favor e 01 (uma) abstenção do Vereador Jair em primeira, segunda e terceira votação, dispensados os intervalos regimentais por unanimidade. Com a palavra o Vereador Jair disse que irá se abster de votar em protesto aos estragos gerados ao Grande Hotel. Em discussão o Projeto de Lei de Protocolo nº 598/2016, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetivar abertura de Crédito Adicional Suplementar na LOA". Com a palavra o Procurador Jurídico procedeu à leitura e explicação do Parecer das Comissões. Em votação o Parecer das Comissões pela constitucionalidade e legalidade da matéria: aprovado por unanimidade. Em votação o Projeto: aprovado por unanimidade em primeira, segunda e terceira votação, dispensados os intervalos regimentais por unanimidade. Encerradas as votações e não havendo nada mais a tratar, a Sra. Presidente declarou encerrada a Reunião às vinte e uma horas. O 1º Secretário determinou a Diretora Legislativa a lavratura da presente Ata, que vai assinada pela Sra. Presidente e demais Vereadores. Câmara Municipal de Muriaé, Plenário Doutor João Evangelista Bandeira de Mello, data supra.